

Globethics Repository

The logo for Globethics, featuring the word "Globethics" in white, sans-serif font centered within a solid blue rectangular background.

Kant e a moralidade como resultado de nossa autonomia [Kant and morality as a result of our autonomy]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Junges, Márcia
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-07-08 23:53:45
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/159000

Kant e a moralidade como resultado de nossa autonomia

O iluminismo kantiano pode nos mostrar conflitos insolúveis entre a felicidade e o dever, acentua Jerome B. Schneewind. Para Kant, a autonomia sempre supera a heteronomia e questões práticas jamais imaginadas pelo pensador hoje exigem a atenção e podem ser pensadas a partir da perspectiva do imperativo categórico

POR MÁRCIA JUNGES | TRADUÇÃO: LUÍS MARCOS SANDER



A obra de Immanuel Kant e o conceito de autonomia são indissociáveis. Seu sistema moral “incide de muitas formas sobre sua filosofia moral. Entretanto, a maioria dos comentadores e teóricos tenta desvincular os escritos éticos de Kant das complexidades do sistema”. A afirmação é do filósofo norte-americano Jerome B. Schneewind, autor do clássico *The Invention of Autonomy: A History of Modern Moral Philosophy* (New York: Cambridge University Press, 1998), publicado em português como *A invenção da autonomia* (São Leopoldo: Unisinos, 2001). Na entrevista exclusiva que concedeu por e-mail à **IHU On-Line**, Schneewind disse que na perspectiva kantiana “ser autônomo é ser livre no sentido moralmente relevante, e a liberdade moral se expressa ou se torna evidente na ação autônoma”. O filósofo de Königsberg insistia que as pessoas podem, sim, ser autônomas: “Podemos estar motivados a cumprir nosso dever simplesmente porque é nosso dever. E ele argumentou extensamente para mostrar que o egoísmo moral não podia explicar adequadamente o que todos nós achamos que é a moralidade nem oferecer uma orientação adequada para a ação. Ele

sustentava que o imperativo categórico podia fazer as duas coisas”. Schneewind pontua que “somos autônomos quando obedecemos a uma lei que damos a nós mesmos. É nossa própria razão que nos dá a lei. Mais precisamente, nossa razão prática se expressa dando-nos uma lei – o imperativo categórico – que exige que reajamos a nossos desejos e sentimentos de uma maneira específica. Para Kant, a moralidade é o resultado de nossa autonomia”.

Jerome B. Schneewind é filósofo e professor emérito da Universidade John Hopkins, nos Estados Unidos. Formou-se na Universidade Cornell, e cursou o seu doutorado na Universidade Princeton. Lecionou nas Universidades de Chicago, Princeton, Yale, Pittsburgh e Hunter College, da Universidade da Cidade de Nova York. Fora dos EUA, lecionou na Universidade de Leicester, Stanford e Helsinki. Ministrou cursos sobre a história da ética, tipos de teoria ética, empiristas britânicos, ética kantiana e pensamento utópico. Já foi presidente da divisão leste da American Philosophical Association, e é membro da American Academy of Arts and Sciences.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Qual é a atualidade de Kant frente aos desafios da moral no século XXI?

Jerome B. Schneewind – A filosofia moral de Kant¹ é altamente

¹ Immanuel Kant (1724-1804): filósofo prussiano, considerado como o último grande filósofo dos princípios da era moderna, representante do Iluminismo, indiscutivelmente um dos seus pensadores mais influentes da Filosofia. Kant teve

um grande impacto no Romantismo alemão e nas filosofias idealistas do século XIX, tendo esta faceta idealista sido um ponto de partida para Hegel. Kant estabeleceu uma distinção entre os fenômenos e a coisa-em-si (que chamou *noumenon*), isto é, entre o que nos aparece e o que existiria em si mesmo. A coisa-em-si não poderia, segundo Kant, ser objeto de conhecimento científico, como até então pretendia a metafísica clássica. A ciência se restringiria, assim, ao mundo dos fenômenos, e seria constituída pelas

formas a priori da sensibilidade (espaço e tempo) e pelas categorias do entendimento. A **IHU On-Line** número 93, de 22-03-2004, dedicou sua matéria de capa à vida e à obra do pensador com o título *Kant: razão, liberdade e ética*, disponível para download em <http://migre.me/uNrH>. Também sobre Kant foi publicado este ano o **Cadernos IHU em formação** número 2, intitulado *Emmanuel Kant - Razão, liberdade, lógica e ética*, que pode ser acessado em <http://migre.me/uNrU>. (Nota da **IHU On-Line**)

relevante para as preocupações atuais, tanto práticas quanto teóricas. Conhecemos as recusas, horrorosas e amplamente difundidas, de tratar todos os seres humanos como merecedores de dignidade que assolaram o século XX e têm continuidade no presente. A asserção desse valor por parte de Kant representa uma presença permanente de nossa inumanidade uns para com os outros e uma convocação para agir melhor. Questões práticas que Kant jamais imaginou exigem nossa atenção hoje: as necessidades de nosso meio ambiente e o casamento entre pessoas do mesmo sexo são apenas duas delas, a título de exemplo. Os kantianos estão tentando mostrar como a filosofia moral de Kant pode oferecer orientação nesses casos e podem ir além de Kant em questões como, por exemplo, o tratamento apropriado dos animais.

O raciocínio baseado em meios e fins como única orientação em todos os assuntos práticos é adotado pela maioria dos economistas e por muitas pessoas que estão envolvidas nos chamados “estudos sobre a felicidade” (veja Dierdre N. McCloskey, “Happyism”. *The New Republic*, 28 jun. 2012). Kant oferece outros padrões de raciocínio prático. Os kantianos acham que os resultados decorrentes de se permitir que o raciocínio baseado em meios e fins tome conta de tudo seriam desastrosos. Essa é uma questão teórica e prática também.

Um equívoco de Kant?

Tem havido um reavivamento marcante do cristianismo nos Estados Unidos. O Islã, pregado com grande vigor em países predominantemente muçulmanos e, muitas vezes, vinculado a concepções antiocidentais, está sendo disseminado em muitas partes da Europa e dos EUA. Há versões dessas duas doutrinas religiosas que adotam a concepção de que a vontade desimpedida de Deus é a fonte da moralidade. A reação de Kant ao voluntarismo de sua época, particularmente o de Pufendorf², oferece material impor-

ante para as pessoas que se opõem a essa compreensão de moralidade.

As teorias que colocam a virtude e as virtudes no centro aumentaram de modo marcante no Ocidente em anos recentes. Consequentemente, o trabalho de Kant sobre a virtude, nas *Lições de ética* e na *Metafísica dos costumes*, receberam mais atenção do que em qualquer época anterior.

A maioria dos esforços para avaliar a filosofia moral de Kant seguem seus textos e discutem sobre leituras específicas das muitas passagens controversas contidas neles. Duas obras recentes tentam entender a ética kantiana não só em seus detalhes, mas num contexto muito amplo. No volume 3 da obra *The Development of Ethics*, Terence Irwin³ dedica 172 páginas a um estudo abrangente – e muito crítico – da filosofia moral de Kant. A explicação de Irwin é, até certo ponto, distorcida por sua própria convicção de que o eudemonismo é a concepção correta, de modo que Kant tem de estar equivocado. Mas é uma exposição perceptiva e impressionante, da extensão de um livro inteiro, que trata a ética de Kant sistematicamente e a associa a obras anteriores. Em seu tratado *On What Matters*, de dois volumes, Derek Parfit⁴ sustenta que a ética de Kant é uma parte da verdade a respeito da moralidade, e que a melhor maneira de entendê-la é ver como ela e as principais concepções

concorrentes – como o utilitarismo, por exemplo – se combinam formando uma única visão da vida moral.

IHU On-Line – Qual é a importância desse filósofo e seu sistema na filosofia moral hoje?

Jerome B. Schneewind – O sistema de Kant incide de muitas formas sobre sua filosofia moral. Entretanto, a maioria dos comentadores e teóricos tenta desvincular os escritos éticos de Kant das complexidades do sistema. As limitações que ele impõe ao conhecimento teórico abrem o caminho para seus argumentos práticos em favor da crença na existência de Deus e da imortalidade, assim como, é claro, em favor da liberdade. Mas os argumentos kantianos sobre Deus e a imortalidade recebem muito menos atenção na literatura recente do que suas concepções de liberdade. As duas primeiras partes da *Fundamentação* são discutidas com muito mais frequência do que a Parte III. Mas essa parte está começando a atrair mais atenção do que costumava acontecer. As concepções de Kant a respeito do mal estão recebendo maior atenção, mas creio que há poucos defensores de suas concepções religiosas de modo geral. Depois de uma negligência prolongada, ambas as partes da *Metafísica dos costumes* estão sendo estudadas com esmero, assim como as *Lições de ética*. Todas essas discussões e exposições pressupõem que o leitor e a leitora estejam familiarizados com uma certa porção do pensamento de Kant fora da ética.

IHU On-Line – Em quais aspectos autonomia e liberdade estão imbricadas a partir do pensamento de Kant?

Jerome B. Schneewind – A autonomia e a liberdade estão essencialmente vinculadas na concepção de Kant. Ser autônomo é ser livre no sentido moralmente relevante, e a liberdade moral se expressa ou se torna evidente na ação autônoma.

IHU On-Line – Kant queria refutar a lei moral baseada na heterono-

ta alemão. No campo do direito público, ensina que a vontade do Estado é a soma das vontades individuais que o constituem e que tal associação explica o Estado. Nesta concepção *a priori*, Pufendorf demonstra ser um precursor de Jean-Jacques Rousseau e do “contrato social”. Defende a noção de que o direito internacional não está restrito à cristandade, mas constitui um elo comum a todas as nações, pois todas elas formam a humanidade. (Nota da IHU On-Line)

³ Terence Irwin (1947): filósofo nascido na Irlanda do Norte e especializado em filosofia grega antiga e na história da ética. (Nota da IHU On-Line)

⁴ Derek Parfit (1942): filósofo britânico que se especializou em problemas de identidade pessoal, racionalidade e ética, e as relações entre si destes problemas filosóficos. Trabalhou na Universidade de Oxford em todas as áreas de sua carreira acadêmica, e é, atualmente, pesquisador emérito de Oxford. (Nota da IHU On-Line)

² Samuel Pufendorf (1632-1694): juris-

mia. Como podemos compreender essa concepção tendo em vista os ideais do iluminismo e a ideia que se tinha da humanidade naquele tempo?

Jerome B. Schneewind – Muitos pensadores iluministas sustentavam, como os iniciantes na filosofia e muitos economistas ainda o fazem, que toda ação humana deliberada visa beneficiar somente o agente. Com base nessa concepção, toda ação é heterônoma por ser guiada por motivos que nos são simplesmente dados por nossos desejos. Kant insistia, pelo contrário, que as pessoas podem ser autônomas. Podemos estar motivados a cumprir nosso dever simplesmente porque é nosso dever. E ele argumentou extensamente para mostrar que o egoísmo *moral* não podia explicar adequadamente o que todos nós achamos que é a moralidade nem oferecer uma orientação adequada para a ação. Ele sustentava que o imperativo categórico podia fazer as duas coisas.

Kant se opunha ao otimismo simplório muitas vezes associado com o iluminismo. Ele acreditava que nós deveríamos de fato tentar satisfazer nossos próprios desejos e os das outras pessoas, mas tão somente dentro dos limites fixados pelo imperativo categórico. E a orientação do imperativo categórico bem que poderia não nos levar a produzir o máximo de felicidade para todos os envolvidos.

Ser esclarecido, sustenta Kant, é pensar por conta própria, não seguir o interesse próprio ou egoísmo, nem diretivas convencionais ou religiosas, a menos que se possa perceber que o imperativo categórico as aprovaria. Portanto, o iluminismo kantiano pode nos mostrar conflitos insolúveis entre a felicidade e o dever. E, para ele, a autonomia sempre supera a heteronomia.

IHU On-Line – Que diferenças cruciais percebe entre a invenção da autonomia nos séculos XVII e XVIII, como o senhor desenvolve em sua obra, e a autonomia como se apresenta em nossos dias?

Jerome B. Schneewind – Até os escritos de Kant, sempre se usava “autonomia” como um termo para designar entidades políticas que não eram obrigadas a obedecer a qualquer autoridade outra do que sua própria. Os estados são autônomos quando têm o direito de fazer suas próprias leis. Kant ampliou o conceito para a esfera pessoal. Somos autônomos quando obedecemos a uma lei que damos a nós mesmos. É nossa própria razão que nos dá a lei. Mais precisamente, nossa razão prática se expressa dando-nos uma lei – o imperativo categórico – que exige que reajamos a nossos desejos e sentimentos de uma maneira específica. Para Kant, a moralidade é o resultado de nossa autonomia.

Kant estava rejeitando uma concepção comum de moralidade como obediência a uma lei ou leis que nos foram traçadas por Deus. Ele também estava rejeitando a reivindicação do egoísta de que devemos seguir nossos desejos baseados no interesse próprio. No século subsequente a Kant houve pouca discussão sobre a autonomia. Fichte⁵ e Hegel⁶ pouco tinham a dizer

⁵ **Johann Gottlieb Fichte** (1762-1814): filósofo alemão. Exerceu forte influência sobre os representantes do nacionalismo alemão, assim como sobre as teorias filosóficas de Schelling, Hegel e Schopenhauer. Fichte decidiu dedicar sua vida à filosofia depois de ler as três Críticas de Immanuel Kant, publicadas em 1781, 1788 e 1790. Sua investigação de uma crítica de toda a revelação obteve a aprovação de Kant, que pediu a seu próprio editor para publicar o manuscrito. O livro surgiu em 1792, sem o nome e o prefácio do autor, e foi saudado amplamente como uma nova obra de Kant. Quando Kant esclareceu o equívoco, Fichte tornou-se famoso do dia para a noite e foi convidado a lecionar na Universidade de Jena. Fichte foi um conferencista popular, mas suas obras teóricas são difíceis. Acusado de ateísmo, perdeu o emprego e mudou-se para Berlim. Seus Discursos à nação alemã são sua obra mais conhecida. (Nota da IHU On-Line)

⁶ **Friedrich Hegel** (1770-1831): filósofo alemão idealista. Como Aristóteles e Santo Tomás de Aquino, tentou desenvolver um sistema filosófico no qual estivessem integradas todas as contribuições de seus principais predecessores. Sua primeira obra, *A fenomenologia do espírito*, tornou-se a favorita dos hegelianos da Europa continental no século XX. Sobre Hegel, confira a edição nº 217 da IHU On-Line, de 30-04-2007, intitulada *Fenomenologia do espírito, de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1807-2007)*, em comemoração aos

sobre ela, e Mill⁷, embora acentuasse a importância central da independência da mente, não fez dela o cerne da moralidade como Kant o fez. A maioria dos filósofos morais de língua inglesa desde Sidgwick⁸ e Moore até o desenvolvimento da “ética da linguagem ordinária” e além dela simplesmente não discutiu a autonomia. Talvez surpreendentemente, os filósofos que iniciaram a reavaliação da ética de Kant nesse período – H. J. Paton, L. W. Beck, Mary Gregor – deram muito pouca atenção à autonomia. Não há um artigo sobre autonomia nem mesmo na *Encyclopedia of Philosophy*, de 1967, editada por Paul Edwards.

Influência silenciosa

Desde 1970, a discussão sobre a autonomia aumentou enormemente. Isso se deve, em parte, à busca incessante dos filósofos mais jovens por questões novas sobre as quais pudessem escrever. Mais importante, porém, é que isso reflete a ascensão de movimentos sociais e políticos de grupos que buscam mais controle sobre sua própria vida – especialmente as mulheres e minorias. Kant tratou a autonomia como um traço essencial da vontade racional. Ela não é vista como uma capacidade contingente cujo desenvolvimento possa ser impedido pela educação e opressão. A contrariedade com atitudes paternalistas por parte de médicos e hospitais levou ao desenvolvimento de estudos sobre a ética do tratamento e da pesquisa na medicina, o que tem sido outro *locus* importante de discussões a respeito da autonomia. Na teoria política, que ficou em grande parte

200 anos de lançamento dessa obra. O material está disponível em <http://migre.me/ZAON>. Sobre Hegel, leia, ainda, a edição 261 da IHU On-Line, de 09-06-2008, *Carlos Roberto Velho Cirne-Lima. Um novo modo de ler Hegel*, disponível em <http://migre.me/ZA0X>. (Nota da IHU On-Line)

⁷ **John Stuart Mill** (1806-1873): filósofo e economista inglês. Um dos pensadores liberais mais influentes do século XIX, foi defensor do utilitarismo. (Nota da IHU On-Line)

⁸ **Henry Sidgwick** (1838-1900): economista e filósofo do Reino Unido, ligado ao utilitarismo. (Nota da IHU On-Line)

dormente durante o reinado da filosofia da linguagem ordinária, a obra de John Rawls⁹ despertou um novo interesse pela consideração da autonomia como essencial para uma sociedade liberal. E as inúmeras publicações sobre a filosofia moral do próprio Kant incluem agora estudos extensos a respeito de sua concepção de autonomia. A própria palavra “autonomia” entrou no discurso popular nas últimas décadas, o que evidencia a influência silenciosa, mas persistente de uma importante teoria filosófica.

IHU On-Line – Há uma confusão entre autonomia e individualis-

9 John Rawls (1921-2002): filósofo, professor de Filosofia Política na Universidade de Harvard, autor de *Uma teoria da justiça* (São Paulo: Martins Fontes, 1997); *Liberalismo Político* (São Paulo: Ática, 2000); e *O Direito dos Povos* (Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2001). A **IHU On-Line** número 45, de 02-12-2002, dedicou sua matéria de capa a John Rawls, sob o título *John Rawls: o filósofo da justiça*, disponível para download em <http://bit.ly/bf90Gu>. Confira, ainda, o 1º dos **Cadernos IHU Ideias**, intitulado *A teoria da justiça de John Rawls*, de autoria do Prof. Dr. José Nedel e disponível para download em <http://bit.ly/90aBiu>. (Nota da **IHU On-Line**)

mo em nossa sociedade. A que atribui essa má compreensão e quais são os problemas que surgem de tal interpretação?

Jerome B. Schneewind – A autonomia não exige que se atribua grande valor ao que aparta cada indivíduo dos outros e torna cada pessoa singular. O individualismo – que é um termo escorregadio – às vezes parece tornar isso central. Visto que a autonomia exige que cada pessoa pense por conta própria sobre assuntos importantes, é possível confundi-la com o individualismo nesse sentido.

IHU On-Line – Quais são as maiores limitações para a concretização da autonomia?

Jerome B. Schneewind – Kant pensa que nenhum agente racional pode ser ou estar sem autonomia. Se, em vez disso, a autonomia é vista como um ideal e uma conquista, então a opressão racial, sexual, política e econômica, uma educação ruim, o medo da autoridade e alguns tipos de ensino religioso podem, todos eles, tender a impedir que ela seja alcançada.

IHU On-Line – A democracia pode ser considerada a tradução política da autonomia? Dado o comportamento apático dos eleitores, ou a obrigatoriedade em votar (como no Brasil), ainda se pode acreditar que essa aproximação expressa a realidade?

Jerome B. Schneewind – Segundo a concepção do próprio Kant, é possível ser autônomo mesmo numa monarquia despótica, como aquela em que ele próprio viveu. É mais plausível conceber a autonomia como um ideal, um ideal a que aspiramos que nossos concidadãos e nossos filhos correspondam. Visto que a democracia convoca seus cidadãos para decidir seu próprio futuro político, ela incentiva esse tipo de caráter.

A corrupção e a opressão podem levar os eleitores à apatia. Talvez eles desistam do ideal da autonomia na esfera pública. Talvez simplesmente vendam seu voto, como faziam muitos antes que houvesse o sigilo eleitoral. Nenhum sistema político pode garantir que todo o mundo seja autônomo.

Acompanhe o IHU no Blog

